



# CAU/MT

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso

## CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA EM EMPREGOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR EDITAL Nº 1 DO CONCURSO PÚBLICO 1/2019 – CAU/MT - NORMATIVO

# 1 0 1

## Agente de Fiscalização

### Tipo “A”

Data e horário da prova:  
Domingo, 4/8/2019, às 14 h.

### INSTRUÇÕES

- Você receberá do fiscal:
  - um caderno de questões das provas objetiva e discursiva contendo 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma e apenas 1 (uma) alternativa correta, e 1 (uma) questão discursiva;
  - uma folha de respostas personalizada da prova objetiva; e
  - uma folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Quando autorizado pelo fiscal do IADES, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da folha de respostas da prova objetiva, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

*O segredo do sucesso é saber o que ninguém mais sabe.*

- Verifique se estão corretas a numeração das questões e a paginação do caderno de questões, bem como a codificação da folha de respostas da prova objetiva e da folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer as provas objetiva e discursiva e deve controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação da folha de respostas da prova objetiva e o preenchimento da folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Somente 1 (uma) hora após o início da prova, você poderá entregar sua folha de respostas da prova objetiva, a folha de texto definitivo da prova discursiva e o caderno de provas, bem como retirar-se da sala.
- Somente será permitido levar o caderno de questões das provas objetiva e discursiva 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos após o início da prova.
- Após o término da prova, entregue ao fiscal do IADES a folha de respostas da prova objetiva, devidamente assinada, e a folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- Não é permitida a utilização de nenhum aparelho eletrônico ou de comunicação.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e (ou) apostilas.
- Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas na companhia de um fiscal do IADES.
- Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.

### INSTRUÇÕES PARA A PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos na folha de respostas da prova objetiva e na folha de texto definitivo da prova discursiva. Caso haja algum dado incorreto, comunique ao fiscal.
- Leia atentamente cada questão e assinale, na folha de respostas da prova objetiva, uma única alternativa.
- A folha de respostas da prova objetiva e a folha de texto definitivo da prova discursiva não podem ser dobradas, amassadas, rasuradas ou manchadas e nem podem conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
- O candidato deverá transcrever, com caneta esferográfica de tinta preta, as respostas da prova objetiva para a folha de respostas e o texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- A maneira correta de assinalar a alternativa na folha de respostas da prova objetiva é cobrir, fortemente, com caneta esferográfica de tinta preta, o espaço a ela correspondente.
- Marque as respostas assim: ●

CONHECIMENTOS GERAIS

Questões de 1 a 25

LÍNGUA PORTUGUESA

Questões de 1 a 10

Texto 1 para responder às questões de 1 a 3.

**Arquitetura para todos:  
empreendimentos devem prever acessibilidade**

1 Novos empreendimentos residenciais no País deverão  
incorporar recursos de acessibilidade em todas as áreas de uso  
comum. Já as unidades habitacionais devem ser adaptadas  
4 de acordo com a demanda do comprador. Os condomínios  
terão prazo de 18 meses para se adaptarem às novas regras.  
Essas novas regras foram instituídas pelo Decreto  
7 nº 9.451/2018 e regulamentam a Lei Brasileira de Inclusão  
(Lei nº 13.146/2015).

O Decreto estabelece que os compradores dos imóveis  
10 podem solicitar à construtora, por escrito, até o início da obra,  
a adaptação razoável de sua unidade, informando sobre os  
itens de sua escolha para instalação na residência. As  
13 construtoras e as incorporadoras estão proibidas de cobrar  
valores adicionais pelos serviços.

Define também que 2% das vagas de garagem ou  
16 estacionamento vinculadas ao empreendimento sejam  
reservadas para veículos que transportem pessoas com  
deficiência e mobilidade reduzida. O texto é resultado de  
19 negociação com associações da construção civil e das pessoas  
com deficiência e foi objeto de consulta pública nacional e  
várias audiências públicas.

22 Além das unidades residenciais, já foram  
regulamentados os artigos da LBI que tratam das micro e  
pequenas empresas; arenas, teatros e cinemas e unidades do  
25 setor hoteleiro, entre outros.

Disponível em: <<https://www.caubr.gov.br>>.  
Acesso em: 21 jun. 2019, com adaptações.

QUESTÃO 1 \_\_\_\_\_

Com base nas informações do texto e nas relações entre elas,  
assinale a alternativa correta.

- (A) Somente a partir do segundo parágrafo, são apresentadas informações que justificam, de forma satisfatória, a mensagem expressa pelo título.
- (B) O Decreto nº 9.451/2018 instituiu regras que obrigam todos os empreendimentos residenciais a incluírem, caso sejam solicitados pelos compradores dos imóveis, itens de acessibilidade em todas as áreas de uso comum e nas unidades habitacionais.
- (C) É correto concluir que, segundo o Decreto nº 9.451/2018, as construtoras e as incorporadoras somente poderão cobrar valores adicionais por adaptações solicitadas pelos compradores dos imóveis caso elas sejam feitas após o início da obra.
- (D) O Decreto nº 9.451/2018 estabelece as mesmas regras de acessibilidade tanto para os empreendimentos residenciais quanto para os comerciais.
- (E) Conforme o Decreto nº 9.451/2018, é correto concluir que 2% das vagas de garagem ou estacionamento vinculadas ao empreendimento devem ser reservadas para veículos que transportem pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, sejam elas moradoras ou não do condomínio.

QUESTÃO 2 \_\_\_\_\_

Acerca do emprego das classes de palavras e da construção do sentido do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) A locução verbal “deverão incorporar” (linhas 1 e 2) refere-se a uma ação futura tida como provável.
- (B) No trecho “Essas novas regras foram instituídas pelo Decreto nº 9.451/2018” (linhas 6 e 7), a forma verbal sublinhada expressa, em relação ao momento da escritura do texto, uma ação no passado ainda em desenvolvimento.
- (C) A locução sublinhada no trecho “das pessoas com deficiência” (linhas 19 e 20) tem valor adjetivo, pois restringe e caracteriza um substantivo.
- (D) A substituição do artigo definido sublinhado na construção “O Decreto estabelece” (linha 9) pelo artigo indefinido **Um** preservaria a mensagem original.
- (E) O pronome sublinhado na construção “Essas novas regras” (linha 6) poderia ser substituído corretamente pelo demonstrativo **Aquelas**, pois a relação de sentido estabelecida originalmente seria mantida.

QUESTÃO 3 \_\_\_\_\_

A respeito da linguagem utilizada pelo autor, assinale a alternativa correta.

- (A) As expressões “áreas de uso comum” (linhas 2 e 3) e “unidades habitacionais” (linha 3) estabelecem entre si uma relação de antítese.
- (B) A substituição do vocábulo sublinhado no trecho “O Decreto estabelece” (linha 9) pelo sinônimo **decreta** tornaria explícita uma informação indispensável ao texto.
- (C) O texto passaria a dar margem a dupla interpretação caso o termo sublinhado no trecho “O Decreto estabelece que os compradores dos imóveis podem solicitar à construtora, por escrito, até o início da obra, a adaptação razoável de sua unidade” (linhas de 9 a 11) fosse deslocado para logo depois do pronome “que”.
- (D) A redação **por cada serviço**, de acordo com a norma-padrão, seria mais apropriada ao texto do que a construção “pelos serviços” (linha 14).
- (E) A função apelativa prevalece no texto, o qual tem como principal propósito orientar o leitor quanto às novas regras estabelecidas pelo Decreto nº 9.451/2018.

Área livre

Textos 2 e 3 para responder às questões de 4 a 6.

Texto 2

Confira números de telefones de atendimento do CAU/MT



Disponível em: <<https://www.cauamt.gov.br>>. Acesso em: 21 jun. 2019

Texto 3

1 No mês de outubro de 2018, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso mudou-se para sua nova sede e, em decorrência dessa mudança, passou a atender  
4 temporariamente por apenas um número de telefone fixo, o (65) 2129-5561. Informamos que a situação já foi regularizada e os antigos números de telefone (65) 3028-4652  
7 e (65) 3028-1100 já estão em funcionamento. Desse modo, o Conselho agora tem disponíveis três linhas telefônicas para  
9 atendimento ao profissional e à sociedade.

Disponível em: <<https://www.cauamt.gov.br>>. Acesso em: 21 jun. 2019, com adaptações.

QUESTÃO 4

Considerando as informações dos textos e a relação entre eles, assinale a alternativa correta.

- (A) Se ambos os textos fossem reunidos em um só, o texto 2 cumpriria uma função meramente decorativa, pois as informações expressas por ele também estão contidas no texto 3.
- (B) Antes de mudar para a nova sede, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso disponibilizava apenas um número de telefone fixo para atendimento, aquele que aparece em primeiro lugar tanto no texto 2 quanto no texto 3.
- (C) É correto concluir do texto 3 que, após o mês de outubro de 2018 até o momento em que a nova sede foi inaugurada, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso contou com apenas um número de telefone fixo para atendimento.
- (D) A mensagem principal do texto 3 está contida no período “Informamos que a situação já foi regularizada e os antigos números de telefone (65) 3028-4652 e (65) 3028-1100 já estão em funcionamento.” (linhas de 5 a 7).
- (E) A finalidade principal do texto 3 ficaria totalmente comprometida se ele fosse reconstruído da seguinte maneira: em primeiro lugar, apareceria o período **O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso agora voltou a ter três linhas telefônicas disponíveis para atendimento ao profissional e à sociedade.** e, em seguida, todas as informações do texto 2.

QUESTÃO 5

No texto 3, o uso da vírgula

- (A) é opcional logo após o termo “No mês de outubro de 2018” (linha 1).
- (B) seria proibido logo após o termo “o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso” (linhas 1 e 2).
- (C) é opcional para isolar o termo “o (65) 2129-5561” (linha 5).
- (D) seria viável entre as orações “Informamos” (linha 5) e “que a situação já foi regularizada” (linhas 5 e 6).
- (E) seria obrigatório antes e depois do termo “agora” (linha 8).

QUESTÃO 6

De acordo com as regras de ortografia e de acentuação gráfica vigentes e com as questões gramaticais do texto 3, assinale a alternativa correta.

- (A) O trecho “em decorrência dessa mudança” (linha 3) poderia ser substituído corretamente pela redação **porque ocorreu essa mudança**, pois o vocábulo sublinhado está grafado corretamente.
- (B) A forma plural do vocábulo “mês” (linha 1) também deve ser acentuada.
- (C) O vocábulo “temporariamente” (linha 4) poderia ser substituído corretamente pela forma **provisoriamente**.
- (D) A expressão “em funcionamento” (linha 7) poderia ser substituída corretamente pela forma **re-habilitados**, pois o prefixo **re** deve se associar com hífen a toda palavra iniciada pela consoante **h**.
- (E) Como se pode observar, a forma verbal “tem” não deve ser acentuada em nenhuma hipótese, pois é um monossílabo tônico terminado em consoante, assim como os vocábulos **bem** e **vem**.

Área livre

**Texto 4 para responder às questões de 7 a 10.**

**Casa mais sustentável com ações simples e em conta**

1 Para algumas pessoas, a palavra “sustentabilidade”  
foi banalizada e pode até soar como um assunto enfadonho.  
Mas ser sustentável nada mais é do que usar  
4 responsabilmente os bens naturais. E, embora a construção  
ou a adaptação de uma casa remeta a custos altos — e, de  
fato, algumas são —, há soluções muito simples.

7 Você pode começar escolhendo materiais renováveis  
e que ajudem a diminuir o consumo de água e de energia  
elétrica. Usar madeira de demolição ou reflorestada,  
10 descargas com duas opções de fluxo de água, janelas  
grandes e tecidos leves que permitam a entrada de luz são  
algumas medidas que ajudam a reduzir o consumo de água e  
13 energia, por exemplo.

Outra medida é o reaproveitamento de água dentro de  
casa, através de sistemas de tratamento mais simples  
16 que permitam, por exemplo, reutilizar a água de pia e  
chuveiros nos vasos sanitários. A água da chuva também  
18 pode ser utilizada nos vasos e na irrigação.

RIBAS, Raphaela. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com>>.  
Acesso em: 21 jun. 2019, com adaptações.

**QUESTÃO 7** \_\_\_\_\_

Após a leitura compreensiva do texto, é correto afirmar que a autora

- (A) considera o assunto “sustentabilidade” banal e enfadonho, mas totalmente viável.
- (B) discorda totalmente de quem alega ser muito caro construir ou adaptar uma casa de modo sustentável.
- (C) defende que ser sustentável é mais do que simplesmente usar de forma responsável os recursos naturais.
- (D) dirige-se especificamente aos profissionais da área da construção civil, como os arquitetos.
- (E) propõe medidas benéficas ao meio ambiente e, ao mesmo tempo, financeiramente vantajosas para quem decide viver em uma casa sustentável.

**QUESTÃO 8** \_\_\_\_\_

No contexto apresentado, os vocábulos “soar” (linha 2) e “enfadonho” (linha 2) significam, respectivamente,

- (A) lembrar e desimportante.
- (B) parecer e entediante.
- (C) aparentar e instigante.
- (D) motivar e cansativo.
- (E) ser e ultrapassado.

**QUESTÃO 9** \_\_\_\_\_

Tendo como referência a norma-padrão e as questões gramaticais que envolvem o texto, assinale a alternativa correta.

- (A) Considerando a colocação pronominal, um início correto para o texto seria o seguinte: **Me parece que, para algumas pessoas, a palavra ‘sustentabilidade’ foi banalizada.**

- (B) No lugar do trecho “a palavra ‘sustentabilidade’ foi banalizada” (linhas 1 e 2), poderia ser empregada corretamente a redação **banalizaram-se a palavra “sustentabilidade”**, caso a autora quisesse ressaltar a relação entre o verbo **banalizar** e o sujeito “algumas pessoas” (linha 1).
- (C) A autora, do ponto de vista da concordância, poderia substituir corretamente a forma verbal “há” (linha 6) pela equivalente **existe**.
- (D) A redação **que se faz necessária** poderia ser empregada corretamente logo após o termo “Outra medida” (linha 14), pois tanto a concordância do adjetivo **necessária** quanto a colocação do pronome **se** estão corretas.
- (E) A construção **as quais** poderia substituir corretamente o vocábulo sublinhado na oração “que permitam” (linha 16), pois a concordância com o termo antecedente seria mantida.

**QUESTÃO 10** \_\_\_\_\_

Acerca das relações sintáticas e semânticas referentes ao texto, assinale a alternativa correta.

- (A) O período “Para algumas pessoas, a palavra ‘sustentabilidade’ foi banalizada e pode até soar como um assunto enfadonho.” (linhas 1 e 2) é constituído por duas orações que se relacionam por meio da ideia de causa e consequência.
- (B) O período “Mas ser sustentável nada mais é do que usar responsabilmente os bens naturais.” (linhas 3 e 4) introduz uma informação que explica o que é declarado no período anterior.
- (C) A conjunção “embora” (linha 4) relaciona-se com a oração anterior pela ideia de concessão.
- (D) A oração “que ajudam a reduzir o consumo de água e energia, por exemplo.” (linhas 12 e 13) mantém uma relação de subordinação com a anterior, pois restringe o sentido do termo “medidas” (linha 12).
- (E) Caso a autora decidisse acrescentar ao último período uma oração que indicasse a causa da ação descrita por ele, uma nova redação correta seria: **A água da chuva também pode ser utilizada nos vasos e na irrigação, desde que essa medida contribua para uma casa mais sustentável.**

Área livre

### QUESTÃO 11

João é um estudante de matemática e, por curiosidade, resolveu fatorar o número 920, de modo a encontrar todos os divisores positivos desse número. Ele fez a mesma coisa com o número 4.900. Percebeu que havia uma quantidade igual a  $N$  de divisores comuns a ambos os números. Verificou também que existiam  $M$  divisores que dividiam apenas um dos números, ou seja, dividiam somente o 920 ou, caso contrário, apenas o 4.900. Assim, João calculou o valor do módulo da diferença entre  $N$  e  $M$ . Com base no exposto, é correto afirmar que esse valor é igual a

- (A) 43.
- (B) 310.
- (C) 25.
- (D) 3.980.
- (E) 6.

### QUESTÃO 12

Uma empresa comprou dois lotes de peças em que o primeiro tinha 100 peças e o segundo, 80 peças. O fornecedor informou que o primeiro e o segundo lotes tinham, respectivamente, 5,0% e 10,0% de peças com algum pequeno defeito, mas não haveria comprometimento na função das peças. Dado que uma peça foi escolhida ao acaso e que ela apresentava algum defeito, a probabilidade de que ela tenha sido do primeiro lote é

- (A) igual a 5,0%.
- (B) inferior a 7,5%.
- (C) igual a 10,0%.
- (D) maior que 0,5.
- (E) inferior a 40%.

### QUESTÃO 13

Um artista deve se apresentar como palhaço e deve usar um conjunto com sapato, calça e camisa. À disposição dele, há cinco cores distintas para cada peça (sapato, calça e camisa): azul, amarelo, verde, vermelho e vinho. A recomendação é de que o conjunto não apresente peças de mesma cor lado a lado, ou seja, sapato vermelho exige uma calça de outra cor (mas a camisa pode ser vermelha). Assim, de quantas maneiras distintas o artista pode se vestir?

- (A) 80
- (B) 120
- (C) 20
- (D) 100
- (E) 60

Área livre

### QUESTÃO 14

Um laboratório de sangue recebeu 72 doadores em determinado dia. Todos os doadores tinham tipo sanguíneo “O” ou fator Rh positivo (Rh+). Verificou-se que, no mínimo, 43 doadores tinham fator Rh+ e, no máximo, 21 tinham tipo sanguíneo “O” com fator Rh+. Desse modo, o número de doadores com tipo sanguíneo “O” que compareceu no laboratório nesse dia foi equivalente a

- (A) mais de 21 doadores.
- (B) 29 doadores.
- (C) o máximo de 50 doadores.
- (D) exatamente 21 doadores.
- (E) menos de 22 doadores.

### QUESTÃO 15

Seja a matriz  $A$  de elementos  $a_{ij}$ , em que  $i$  indica a posição da linha, e  $j$  a posição da coluna. Assim, a matriz quadrada  $A$  de ordem 5 pode ser escrita da forma a seguir.

$$\begin{pmatrix} a_{11} & a_{12} & a_{13} & a_{14} & a_{15} \\ a_{21} & a_{22} & a_{23} & a_{24} & a_{25} \\ a_{31} & a_{32} & a_{33} & a_{34} & a_{35} \\ a_{41} & a_{42} & a_{43} & a_{44} & a_{45} \\ a_{51} & a_{52} & a_{53} & a_{54} & a_{55} \end{pmatrix}$$

Cada elemento  $a_{ij}$  é obtido pela seguinte lei de formação:

$$a_{ij} = (-2)^i - (6 - j)!$$

Assim, somando todos os elementos de cada coluna, a coluna que apresenta a maior soma é a

- (A) quarta.
- (B) segunda.
- (C) primeira.
- (D) terceira.
- (E) quinta.

Área livre

## QUESTÃO 16

Antivírus são programas de computador que podem ser usados para prevenir, detectar e remover vírus, *softwares* maliciosos que se replicam modificando outros programas e inserindo o próprio código. Com relação a esses sistemas de proteção, assinale a alternativa correta.

- (A) Antivírus são *softwares* que devem ser instalados apenas após a identificação da contaminação do computador.
- (B) Não existem antivírus que têm funcionalidade de proteger a navegação em páginas *web*.
- (C) Os vírus de computador têm o mesmo método de invasão, mudando apenas a forma como atacam o computador.
- (D) Antivírus atuais podem ser capazes de identificar outras ameaças ao computador, além de vírus.
- (E) Falsos positivos na identificação não são problema para o computador, tendo em vista a necessidade de sempre se ter a maior proteção no computador.

## QUESTÃO 17

Os arquivos de computador podem guardar os mais diversos tipos de informação. Existem arquivos de imagem, de áudio e de texto, além de arquivos binários, por exemplo. Cada formato de arquivo permite que a informação seja interpretada pelos programas de computador de uma forma diferente. Acerca desse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Para cada tipo de arquivo, existe apenas um formato correspondente.
- (B) Os programas de computador não conseguem abrir mais de um formato de arquivo.
- (C) PDF é um formato portátil de documentos. Nele podem estar contidos textos, gráficos, imagens e toda a formatação visual do documento.
- (D) Existem programas de computador que fazem a conversão de qualquer formato de arquivo para outro.
- (E) Cada arquivo contém dados a respeito do respectivo formato em uma parte das informações dentro dele mesmo, chamada cabeçalho.

## QUESTÃO 18

Uma das maiores preocupações da utilização de computadores, da internet e de *softwares* é a segurança, tanto dos aparelhos quanto dos dados e das informações de quem os está utilizando. Ao utilizar as funcionalidades dos programas de computador, devem ser tomadas algumas precauções. A respeito da segurança de dados e da utilização de computadores, assinale a alternativa correta.

- (A) Tendo em vista que a capacidade de armazenamento das mídias de CD e DVD é limitada, não é possível que um computador seja infectado por um vírus por meio desses tipos de mídia.
- (B) A utilização de *softwares* piratas no computador é altamente recomendada, tendo em vista o preço dos serviços e *softwares* originais, e a segurança não é uma problema, pois *softwares* piratas contêm apenas o mesmo código do programa original.

- (C) Para que os vírus infectem o computador, consigam roubar dados, inflijam a privacidade dos usuários ou vigiem a navegação, é necessário que o arquivo ou programa com conteúdo malicioso seja executado com permissão do administrador.
- (D) A utilização de serviços apenas em nuvem ou em plataformas *web* impede que o computador seja infectado por vírus.
- (E) É possível receber via *e-mail* arquivo com conteúdo malicioso e que pode infectar o computador.

## QUESTÃO 19

Os computadores são compostos por diversas partes, cada uma com uma função específica. Existem componentes de processamento e de transmissão de dados, por exemplo. Alguns dispositivos periféricos podem servir de entrada e de saída de dados, enviando ou recebendo informações do computador. Quanto aos periféricos e à utilização básica de computadores, assinale a alternativa correta.

- (A) A utilização de periféricos, como *mouse*, teclado, aparelhos de digitalização e impressoras, permite que vários tipos de dados sejam enviados para que o computador faça o processamento.
- (B) Para que sejam utilizados os periféricos, sempre é necessário que seja feita uma configuração manual deles na primeira vez que são conectados ao computador.
- (C) Os periféricos devem estar fisicamente conectados ao computador por meio de cabos.
- (D) Periféricos conhecidos como *plug and play* são aqueles utilizados em contexto de jogos eletrônicos, não sendo, portanto, permitidos em ambientes de trabalho corporativos.
- (E) A configuração de impressoras independe do sistema operacional do computador.

Área livre

## QUESTÃO 20

Ao navegar na internet, o usuário está exposto a vários tipos de ataque e roubo de informações. Para se protegerem dados e a rede, podem-se utilizar várias boas práticas. A respeito do exposto, assinale a alternativa correta.

- (A) Ao navegar em domínios expostos na internet, são feitas requisições e recebem-se respostas de servidores de terceiros. Nessa comunicação, o servidor recebe algumas informações do usuário para efetuar a requisição, mas nunca dados sensíveis, como o respectivo endereço de IP, a senha e o *e-mail*.
- (B) Caso se queira esconder informações de navegação dos servidores, pode-se usar um serviço de Virtual Private Network (VPN), que vai fazer com que a requisição pareça que veio de outro endereço de IP. Assim, o servidor nunca saberá o endereço original.
- (C) Os navegadores atuais, como o Mozilla Firefox, informam se a conexão com o *site* é segura ou não. Para ela ser considerada segura, o *site* deve ter um certificado assinado por uma autoridade de certificação reconhecida como segura ou autoassinado pelo servidor onde o *site* está hospedado.
- (D) *Sites* com conexões marcadas como não seguras podem expor os dados trafegados caso alguém com má intenção esteja coletando os pacotes da rede. Para isso, essa pessoa precisa de acesso à rede alvo ou a redes próximas a ela.
- (E) Uma técnica utilizada para o roubo de informações é o *phishing*, em que é utilizado um *site* visualmente igual a um *site* que se considera seguro, que se utiliza no dia a dia e que é servido no mesmo domínio do *site* original, com o intuito de obter dados sensíveis sem que se perceba que o *site* é falso.

Área livre

## ATUALIDADES Questões de 21 a 25

### QUESTÃO 21

O Oriente Médio é, na geopolítica, uma região conhecida por conflitos de diversas origens, entre as quais podem-se citar aspectos religiosos, econômicos, territoriais e políticos, entre outros. Tem-se uma pressuposição de que guerras surgirão nessa parte do planeta. Acerca desse tema e de assuntos correlatos, assinale a alternativa correta.

- (A) O Irã é um país com população de origem árabe e maioria sunita, o que gera um forte confronto com os demais países da região. Atualmente o principal conflito regional é com a Síria.
- (B) O Hamas, grupo terrorista de origem iraquiana, tem ocupado o governo do Iraque desde o início da Primavera Árabe, movimento revolucionário da região, com total apoio dos Estados Unidos da América (EUA).
- (C) Com a criação oficial do estado de Israel em 1948, várias guerras se estabeleceram entre esse país e os árabes, com destaque para a Guerra do Yom Kippur (1973), que alterou a estrutura dos preços do petróleo no mundo.
- (D) O Egito não é considerado um país com localização no Oriente Médio, pois se posiciona na África, além de ter a maioria da população católica.
- (E) A Palestina teve recentemente o próprio território reconhecido pela Organização das Nações Unidas, com o apoio dos EUA e de Israel.

### QUESTÃO 22

É um fenômeno climático e de poluição atmosférica que ocorre a partir da elevação da temperatura de uma área urbana, se comparada com uma área rural ou a periferia de uma cidade. Isto quer dizer que, nos grandes centros urbanos, a temperatura é superior nas áreas centrais. Esse fenômeno acontece pela presença de prédios, asfalto e ausência de vegetação.

O fenômeno descrito refere-se à (ao)

- (A) buraco na camada de ozônio.
- (B) ilha de calor.
- (C) inversão térmica.
- (D) chuva ácida.
- (E) ilha solar.

### QUESTÃO 23

A economia do Mato Grosso está em franca ascensão, mas necessita de grandes investimentos para continuar se destacando e apresentar à população do estado oportunidades de emprego em diversos setores de atividades. O setor da economia que mais contribui com o produto interno bruto (PIB) estadual é o (a)

- (A) agronegócio.
- (B) extrativismo mineral.
- (C) pesca.
- (D) turismo.
- (E) comércio.

## QUESTÃO 24

O processo de urbanização ocorre efetivamente quando a população da cidade supera numericamente a população do campo. São vários modelos de cidades e estruturas urbanas que surgem e vão alterando o comportamento de toda a sociedade. Com relação ao processo de urbanização brasileira e a assuntos correlatos, assinale a alternativa correta.

- (A) O processo de urbanização brasileiro tem início no século 18, quando os primeiros colonizadores ocupam efetivamente o território, criando cidades modernas para a época.
- (B) A população brasileira apresenta um equilíbrio numérico entre o campo e a cidade, fato justificado pelo forte crescimento do setor agropecuário.
- (C) As megalópoles brasileiras estão concentradas nas regiões Sul e Sudeste, pois são onde as indústrias se localizam.
- (D) A população urbana brasileira concentra o respectivo trabalho nos setores secundário e terciário da economia, pois estes oferecem uma gama maior de serviços e mercado de trabalho.
- (E) No Brasil, não existe o processo de conurbação, pois as cidades mantêm regimes políticos que não permitem a união física entre elas.

## QUESTÃO 25

O estado do Mato Grosso é uma unidade federativa fundamental para a compreensão do sistema da geografia física brasileira. As peculiaridades mato-grossenses impressionam e tornam o estado e o Brasil regiões praticamente únicas no mundo. Quanto ao exposto, assinale a alternativa correta.

- (A) Não possuindo grandes redes hidrográficas, o estado do Mato Grosso necessita fazer acordos com outras unidades federativas para manter o abastecimento da própria população.
- (B) O Mato Grosso é um estado privilegiado em termos de biodiversidade. É o único do Brasil a ter, sozinho, três dos principais biomas do País: Amazônia, cerrado e Pantanal.
- (C) O Mato Grosso possui, no conjunto, as maiores altitudes do Brasil, o que colabora, de forma intensa, para a grande oscilação climática existente. Nesse estado, chega a nevar em invernos mais rigorosos.
- (D) O Pantanal mato-grossense é único no mundo, é um patrimônio da humanidade, não apresentando nenhuma ameaça em padrões ambientais e nem sofrendo interferência de atividades econômicas, como a do setor agropecuário.
- (E) Os solos do Mato Grosso são classificados como latossolos vermelhos e amarelos, típicos do cerrado, portanto, ricos em nutrientes, não precisando de correção de acidez para a respectiva utilização.

Área livre

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questões de 26 a 50

## QUESTÃO 26

Acerca dos atributos do ato administrativo, assinale a alternativa correta.

- (A) Tipicidade é a característica segundo a qual o ato deve preencher os requisitos previamente definidos em lei, para que possa produzir os respectivos efeitos.
- (B) Autoexecutoriedade corresponde à necessidade de ordem judicial para que o ato seja válido e eficaz.
- (C) Finalidade é a motivação descrita pelo agente público que delimita o âmbito de incidência do ato.
- (D) Competência é o atributo fundamental para a prática do ato e garante a liberdade plena de ação do agente público.
- (E) Presunção de legitimidade é a possibilidade de o administrador impor obrigações unilateralmente.

## QUESTÃO 27

Quanto aos princípios informativos do direito administrativo, assinale a alternativa correta.

- (A) A indisponibilidade do interesse público autoriza que a administração escolha, de forma discricionária, o melhor ato a ser praticado.
- (B) Pelo princípio da especialidade, não é possível o controle jurisdicional da atividade administrativa.
- (C) A supremacia do interesse público permite que os interesses dos agentes econômicos privados prevaleçam sobre as ações de interesse coletivo.
- (D) O princípio da segurança jurídica condiciona a validade e a existência do ato administrativo à autorização prévia do Poder Judiciário.
- (E) Pelo princípio da autotutela, o administrador exerce controle dos próprios atos, podendo anular os atos ilegais e revogar atos por motivos de conveniência e oportunidade.

## QUESTÃO 28

Assinale a alternativa que indica a documentação exigida para habilitação na licitação.

- (A) Certidão de antecedentes criminais da empresa.
- (B) Comprovação de número mínimo de empregados.
- (C) Qualificação técnica.
- (D) Comprovação de atividade.
- (E) Capital social da empresa de, no mínimo, R\$ 50.000,00.

Área livre

## QUESTÃO 29

No tocante à modalidade pregão, conforme disposto na Lei nº 10.520/2002, assinale a alternativa correta.

- (A) É permitida a aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participar do certame.
- (B) É vedada a exigência de garantia de proposta.
- (C) Os atos essenciais a essa modalidade, quando realizados por meio eletrônico, não serão documentados no processo respectivo.
- (D) Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de melhor técnica.
- (E) Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro marcará nova data para o certame, publicando previamente o comunicado.

## QUESTÃO 30

A respeito das modalidades de licitação, assinale a alternativa correta.

- (A) Convite dispensa instrumento convocatório, dando plena liberdade de agir para o administrador público.
- (B) Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 dias.
- (C) Leilão é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao respectivo objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de três pela unidade administrativa.
- (D) Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- (E) Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução do respectivo objeto.

Área livre

## QUESTÃO 31

Considere hipoteticamente que certo fiscal identificou um arquiteto e urbanista atuando em determinada atividade cuja regulamentação apresenta conflitos com outro conselho profissional regulamentado.

Com base nesse caso e sabendo que o impasse não foi resolvido por regulamentação conjunta de ambos os conselhos, assinale a alternativa correta.

- (A) O impasse somente poderá ser resolvido por meio de arbitragem extrajudicial junto aos conselhos envolvidos.
- (B) O impasse somente poderá ser resolvido por meio de decisão judicial, com definição de jurisprudência válida até que seja editada regulamentação conjunta de ambos os conselhos.
- (C) O impasse poderá ser resolvido por meio de aplicação da norma do conselho que garanta ao profissional a maior margem de atuação.
- (D) O impasse somente poderá ser resolvido por regulamentação específica, a ser promulgada de forma conjunta por ambos os conselhos.
- (E) O impasse não poderá ser resolvido, motivo pelo qual a atuação dos arquitetos e urbanistas não pode entrar em conflito com a de outros profissionais.

## QUESTÃO 32

Os arquitetos e urbanistas estrangeiros podem exercer atividade profissional no Brasil, desde que tenham atestada a própria capacidade civil e disponham de diploma de graduação em arquitetura e urbanismo emitido por instituição oficialmente reconhecida pelo poder público ou tenham o respectivo diploma revalidado por instituição nacional credenciada.

A respeito desse tema, é correto afirmar que o registro de profissional estrangeiro pode ocorrer no Brasil desde que

- (A) em caráter ordinário, mas por tempo determinado.
- (B) registrado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) dos Estados ou do Distrito Federal e contanto que sejam profissionais estrangeiros domiciliados no País.
- (C) registrado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), se forem profissionais estrangeiros sem domicílio no País.
- (D) em caráter excepcional e que tal profissional não possua domicílio no País.
- (E) em caráter ordinário e que o profissional seja portador de diploma de graduação em Arquitetura e Urbanismo devidamente revalidado por instituição nacional credenciada.

Área livre

### QUESTÃO 33

Os projetos arquitetônicos e as obras deles decorrentes são enquadrados como trabalhos intelectuais protegidos pela Lei de Direito Autoral. Isso significa que eventuais alterações nos projetos não podem ser realizadas sem que algumas regras e procedimentos específicos sejam respeitados.

Considerando-se casos de alteração de obra intelectual de arquitetura e urbanismo, incluindo projeto ou outro trabalho técnico de criação, assinale a alternativa correta.

- (A) O CAU/UF não poderá homologar um Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) de alteração de projeto sem uma comprovação do consentimento do autor original.
- (B) Em caso de falecimento ou de incapacidade civil do autor do projeto original, as alterações poderão ser feitas pelo coautor, independentemente de autorização.
- (C) O autor da alteração não será responsabilizado pela decisão de alteração, caso não consiga contactar o autor original.
- (D) A realização de alterações em trabalho de autoria de arquiteto e urbanista não depende do consentimento do autor original.
- (E) Ao autor da modificação caberá informar ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo dos Estados ou do Distrito Federal (CAU/UF) o nome completo do autor original do projeto ou da obra dele resultante.

### QUESTÃO 34

Atualmente, muitas empresas de médio e grande porte mantêm, nas respectivas estruturas, departamentos específicos para desenvolver atividades relativas ao campo de atuação profissional de arquitetura e urbanismo. Isso faz com que as atividades fim da empresa não figurem totalmente naquelas definidas como privativas de arquitetos e urbanistas ou compartilhadas entre estes e outros profissionais.

Em relação aos casos de empresas em que os respectivos atos constitutivos, a razão do objeto social ou as próprias atividades desenvolvidas são enquadradas nesse perfil, assinale a alternativa correta.

- (A) As empresas não estão obrigadas ao registro da seção técnica específica no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), podendo apenas registrar individualmente os profissionais responsáveis.
- (B) A validação do Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) de cargo ou função não depende de comprovação de vínculo entre o responsável técnico e a pessoa jurídica.
- (C) Não há limite para a quantidade de pessoas jurídicas que um arquiteto e urbanista pode assumir simultaneamente à responsabilidade técnica.
- (D) Enquadram-se na situação descrita apenas as seções técnicas das pessoas jurídicas de direito privado.
- (E) As empresas deverão fornecer ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo dos Estados ou do Distrito Federal (CAU/UF) todas as informações necessárias à verificação e à fiscalização do exercício profissional da arquitetura e do urbanismo, e isso não deverá implicar nenhum tipo de ônus para o conselho.

### QUESTÃO 35

Toda realização de trabalho de competência privativa ou atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas será objeto de Registro de Responsabilidade Técnica (RRT).

A respeito do uso desse registro, assinale a alternativa correta.

- (A) O RRT define os responsáveis técnicos pelos trabalhos de competência privativa de arquitetos e urbanistas.
- (B) O valor da taxa de RRT será atualizado anualmente, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).
- (C) O uso do RRT é exclusivo para as hipóteses obrigatoriamente previstas, a partir da definição da autoria e da coautoria dos serviços.
- (D) O pagamento do RRT será posterior à completa efetuação desse registro.
- (E) O RRT será efetuado apenas em nome de profissional habilitado legalmente no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

### QUESTÃO 36

A partir da promulgação da Lei nº 12.378/2010, foi atribuído ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) a responsabilidade por definir as atividades, as atribuições e os campos de atuação privativos dos arquitetos e urbanistas e compartilhados com outras profissões regulamentadas.

Considerando a classificação estipulada na Resolução nº 51/2013 do CAU, assinale a alternativa que trata de atividades, atribuições e campos de atuação compartilhados entre arquitetos e urbanistas e demais profissionais com regulamentação própria.

- (A) Projeto urbanístico para fins de regularização fundiária.
- (B) Coordenação de equipe multidisciplinar de planejamento concernente a plano ou traçado de cidade, plano diretor, plano de requalificação urbana, plano setorial urbano, plano de intervenção local, plano de habitação de interesse social, plano de regularização fundiária e de elaboração de estudo de impacto de vizinhança.
- (C) Elaboração e interpretação de levantamentos topográficos cadastrais para a realização de projetos de arquitetura, de urbanismo e de paisagismo, foto-interpretação, leitura, interpretação e análise de dados e informações topográficas e sensoriamento remoto.
- (D) Inventário, vistoria, perícia, avaliação, monitoramento, laudo e parecer técnico, auditoria e arbitragem em obra ou serviço técnico referente à preservação do patrimônio histórico, cultural e artístico.
- (E) Ensino de teoria, técnica e projeto de preservação do patrimônio histórico cultural e artístico.

Área livre

### QUESTÃO 37

O campo de atuação dos arquitetos e urbanistas é notoriamente amplo e complexo. Desde a formação até a definição do nicho de atuação, esses profissionais têm de lidar com distintas áreas do conhecimento humano, a partir de uma visão integrada para sanar os mais variados tipos de problemas interdisciplinares. Se, por um lado, a técnica permite superar os limites impostos pela natureza, a dimensão artística da profissão implica uma aproximação aos sentimentos e às sensações humanas. Assim como outros profissionais que constroem objetos concretos ou produtos intelectuais, o trabalho de arquitetos e urbanistas está diretamente associado à Lei de Direitos Autorais.

Acerca dessa relação entre a arquitetura e o urbanismo e a Lei de Direitos Autorais, assinale a alternativa correta.

- (A) Os direitos autorais constituem uma jurisdição relativa à moralidade, transmissível para os descendentes dos autores, e ao patrimônio dos autores, não transmissível para os descendentes destes.
- (B) Em razão da prescrição prevista em Lei, nenhum tipo de direito autoral tem caráter perpétuo.
- (C) Os direitos autorais patrimoniais são aqueles transmissíveis na forma de herança e, portanto, inalienáveis.
- (D) O registro do direito autoral de obra produzida em coautoria deverá ser igualmente dividido entre os autores.
- (E) Os direitos autorais morais não são transmissíveis, mas são perpétuos.

### QUESTÃO 38

No que se refere aos direitos autorais relativos a projetos, obras e demais trabalhos técnicos de criação no âmbito da arquitetura e do urbanismo, assinale a alternativa correta.

- (A) Caso um arquiteto e urbanista sem registro ativo no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) realize uma obra, ele poderá realizar o registro oportunamente, após sanar as respectivas pendências junto ao órgão.
- (B) A repetição indevida é realizada por pessoa física ou jurídica que é titular de algum direito patrimonial sobre a obra intelectual.
- (C) A análise de registro de obras será apreciada apenas com base nos documentos inicialmente anexados no respectivo requerimento a ser instruído no Sistema de Informação e Comunicação do CAU (SICCAU).
- (D) A cópia é a reprodução integral ou parcial de projeto ou outro trabalho técnico de criação em arquitetura e urbanismo.
- (E) Caso seja constatado que as informações apresentadas em determinada requisição de registro são falsas, o arquiteto e urbanista arcará com multa do CAU, sem prejuízo das cominações legais cabíveis.

Área livre

### QUESTÃO 39

O Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) de arquitetos e urbanistas é um instrumento central no desempenho do exercício profissional, utilizado cotidianamente como forma de assegurar a responsabilidade técnica de obras e projetos.

No que concerne ao uso ordinário do RRT, é correto afirmar que este poderá ser feito sob a modalidade RRT

- (A) simples, quando constituir-se de apenas uma das atividades técnicas regulamentadas.
- (B) múltiplo mensal, quando constituir-se de mais de uma atividade técnica regulamentada, podendo ser vinculada a diversos endereços.
- (C) mínimo, quando constituir-se de atividades técnicas referentes à edificação com área de construção total de até 70 m<sup>2</sup> ou vinculadas à produção habitacional.
- (D) derivado, quando constituir-se de atividade técnica objeto de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).
- (E) único, quando for relacionado ao trabalho de um único profissional, sem equipe técnica de suporte ou coautores.

### QUESTÃO 40

A Lei nº 12.378/2010 estabelece que o Código de Ética e Disciplina deverá regular também os deveres do arquiteto e urbanista para com a comunidade, a relação desses profissionais com os demais profissionais, o dever geral de urbanidade e, ainda, os respectivos procedimentos disciplinares, observado o disposto nessa lei.

A respeito do Código de Ética e Disciplina, assinale a alternativa que indica uma infração disciplinar.

- (A) Registrar, no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), projeto ou trabalho técnico ou de criação que tenha sido efetivamente concebido, desenvolvido ou elaborado por quem requerer o registro.
- (B) Fazer falsa prova de quaisquer documentos exigidos para o registro no CAU.
- (C) Observar as normas legais e técnicas pertinentes na execução de atividades de arquitetura e urbanismo.
- (D) Não efetuar Registro de Responsabilidade Técnica para todos os produtos do próprio trabalho.
- (E) Recusar-se, por meio de justificativa, a prestar contas a cliente de quantias que houver recebido dele, diretamente ou por intermédio de terceiros.

Área livre

## QUESTÃO 41

A fiscalização do exercício da arquitetura e do urbanismo, prevista na Resolução nº 22/2012, visa a

- (A) garantir à sociedade serviços de arquitetura e urbanismo de qualidade, com as condições de segurança e bem-estar à altura das respectivas necessidades, a serem prestados por profissionais habilitados com a devida formação acadêmica e qualificação técnica.
- (B) defender os arquitetos e os urbanistas de possíveis interferências de outros profissionais de áreas relacionadas, assegurando o cumprimento das atribuições exclusivas aos arquitetos.
- (C) proteger a prática profissional da arquitetura e do urbanismo perante a sociedade, assegurando aos profissionais condições jurídicas para o melhor exercício das próprias atividades.
- (D) garantir à sociedade a melhor formação profissional do arquiteto e do urbanista, por meio de maior atuação junto às instituições de ensino superior e do Ministério da Educação.
- (E) punir arquitetos e urbanistas em desacordo com as normas éticas e disciplinares estabelecidas pelo conselho.

## QUESTÃO 42

Quanto ao meio de fiscalização dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF), é correto afirmar que a fiscalização

- (A) somente poderá ser executada em caso de denúncias identificadas.
- (B) será realizada dentro do CAU/UF, sendo vetadas parcerias com outros órgãos de controle do governo.
- (C) somente poderá ser realizada no local da denúncia.
- (D) deve ser executada após a ocorrência, sendo vetada a fiscalização preventiva.
- (E) poderá ser executada dentro do Sistema de Informação e Comunicação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (SICCAU).

## QUESTÃO 43

De acordo com o capítulo II, parágrafo único, da Resolução nº 22/2012, o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) relativo ao exercício profissional da arquitetura e do urbanismo, em todas as suas atividades, atribuições e campos de atuação, é considerado não apenas como um dever, mas, sobretudo, um direito dos arquitetos e urbanistas e uma proteção à sociedade.

Com base nessa informação, suponha que, em uma ação de fiscalização em determinada obra, o fiscal de certo Conselho de Arquitetura e Urbanismo descobriu que, apesar da existência de RRT do projeto, não há esse mesmo registro do arquiteto responsável pela obra. Após atestada a regularidade do autor do projeto com o Conselho, o fiscal entrou em contato com o profissional. O arquiteto então argumentou que, por ser autor do projeto e estar acompanhando a obra

como um favor ao cliente, não viu necessidade de realizar um novo RRT de execução de obra. Nesse caso, após a elaboração do Relatório Digital de Fiscalização, o fiscal deve

- (A) estabelecer uma multa para o proprietário ou o responsável, por RRT ou Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução de obra.
- (B) arquivar a denúncia por ausência de contrato vigente.
- (C) notificar o profissional por ausência de RRT, concedendo prazo de 10 dias para o efetivo registro do RRT ou abertura de processo de RRT extemporâneo.
- (D) aplicar multa ao arquiteto e urbanista autor do projeto.
- (E) notificar o proprietário da obra por ausência de contrato de execução de obra, concedendo prazo de 10 dias para a apresentação do devido contrato, acompanhado do respectivo RRT ou ART de execução de obra.

## QUESTÃO 44

Em um ato de fiscalização, em caso de constatação de irregularidade, a notificação lavrada pelo agente de fiscalização deve conter, no mínimo:

- I. nome e endereço completos da pessoa física ou jurídica notificada, incluindo, se possível, CPF ou CNPJ, conforme o caso;
- II. identificação da atividade fiscalizada, indicando a respectiva natureza, finalidade e localização, além do nome e endereço do contratante, quando houver;
- III. data da notificação, nome completo, número de matrícula funcional e assinatura digital do agente de fiscalização;
- IV. fundamentação legal por meio da qual o agente de fiscalização lavra a notificação;
- V. descrição detalhada da irregularidade constatada que caracteriza a infração, capitulação desta e da penalidade cabível, e valor da multa a que estará sujeita a pessoa física ou jurídica notificada, caso não regularize a situação no prazo estabelecido.

Além do exposto, a notificação deve, necessariamente, conter

- (A) indicação das providências a serem adotadas pela pessoa física ou jurídica notificada para, no prazo estabelecido, regularizar a situação.
- (B) projetos, laudos e outros documentos relacionados à atividade técnica fiscalizada.
- (C) assinatura do conselheiro do Conselho de Arquitetura e Urbanismo responsável pelo processo.
- (D) fotografias da atividade técnica fiscalizada.
- (E) declaração do contratante ou de testemunhas.

Área livre

## QUESTÃO 45

Depois de transitado em julgado, um auto de infração resultou em uma multa no valor de 300% do valor vigente da taxa do Registro de Responsabilidade Técnica (RRT). Essa multa só pode se referir à seguinte infração:

- (A) exercício ilegal de atividade fiscalizada pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) por pessoa física não habilitada (leigo).
- (B) arquiteto e urbanista (pessoa física) com registro regular no CAU, exercendo atividade fiscalizada sem ter feito o devido RRT.
- (C) arquiteto e urbanista (pessoa física) com registro suspenso no CAU, exercendo atividade fiscalizada pelo conselho.
- (D) acobertamento praticado por arquiteto e urbanista – assunção de responsabilidade técnica por atividade fiscalizada pelo CAU executada por outro profissional ou por leigo.
- (E) obstrução de fiscalização provocada por pessoa física.

## QUESTÃO 46

Nos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF), o processo ético disciplinar é apreciado pelos conselheiros da Comissão de Ética e Disciplina (CED). Porém, quando o processo ético disciplinar é instaurado por meio de atividade fiscalizatória, ele deve antes ser direcionado pelo presidente do CAU-UF para análise de deliberação de outra comissão, cuja denominação é Comissão de

- (A) Ensino e Formação.
- (B) Organização, Administração, Planejamento e Finanças.
- (C) Política Urbana e Ambiental.
- (D) Exercício Profissional.
- (E) Eventos.

## QUESTÃO 47

Em processos administrativos que objetivem apurar infração à legislação profissional relativa ao exercício da profissão de Arquitetura e Urbanismo, a ação punitiva do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF) pode prescrever. Contado da data do fato, ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que esta tiver cessado, o prazo de prescrição é de

- (A) cinco anos.
- (B) três anos.
- (C) quinze anos.
- (D) dez anos.
- (E) um ano.

Área livre

## QUESTÃO 48

Considere hipoteticamente que um arquiteto é contratado para calcular a estrutura de certo edifício de 10 pavimentos. Para tanto, faz um Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) de projeto estrutural, com área coerente com o serviço. Ao descobrir o ocorrido, uma firma de engenharia entra com uma ação no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) do estado contra o arquiteto. Após avaliada a denúncia, o CAU decide por imputar uma infração ético-disciplinar contra o profissional. Como justificativa imputável a sanção imposta, o fiscal pode orientar o conselheiro relator a alegar que o arquiteto e urbanista deve

- (A) manter e desenvolver os próprios conhecimentos, preservando a respectiva independência de opinião, imparcialidade, integridade e competência profissional, de modo a contribuir, por meio do desempenho das respectivas atribuições específicas, para o desenvolvimento do ambiente construído.
- (B) aprimorar os próprios conhecimentos nas áreas relevantes para a prática profissional, por meio de capacitação continuada, visando à elevação dos padrões de excelência da profissão.
- (C) ter consciência do caráter essencial da respectiva atividade como intérprete e servidor da cultura e da sociedade da qual faz parte.
- (D) considerar-se impedido de assumir responsabilidades profissionais que extrapolem os limites das próprias atribuições, habilidades e competências, nos respectivos campos de atuação.
- (E) respeitar a legislação urbanística e ambiental e colaborar para o próprio aperfeiçoamento.

## QUESTÃO 49

De acordo com a Resolução nº 52/2013, no que se refere às obrigações para com os colegas, têm-se os seguintes princípios: o arquiteto e urbanista deve considerar os colegas como seus pares, detentores dos mesmos direitos e dignidade profissionais e, portanto, deve tratá-los com respeito, enquanto pessoas e enquanto produtores de relevante atividade profissional; e o arquiteto e urbanista deve construir sua reputação tão somente com base na qualidade dos serviços profissionais que prestar.

Considerando o exposto, em relação ao tratamento dispensado aos colegas, o capítulo V do Código de Ética estabelece algumas regras referentes ao direito autoral de projetos de arquitetura e urbanismo. A esse respeito, assinale a alternativa que apresenta uma infração ético-disciplinar de direito autoral.

- (A) Atuar como coautor de projetos realizados em parceria com outro escritório que não o próprio, com CNPJ devidamente registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo.
- (B) Publicar trabalhos de outros escritórios nas respectivas redes sociais, citando-os como inspiração ou referência.
- (C) Divulgar um projeto que realizou como autor, omitindo os coautores envolvidos.
- (D) Realizar trabalho de intervenção acerca da obra de um colega falecido.
- (E) Divulgar trabalhos que tenha realizado como estagiário em um escritório, citando os autores e a função que exerceu no período.

## QUESTÃO 50

Em conformidade com o art. 91 da Resolução 143/2017, caso os fatos denunciados versem acerca de matéria de conduta conciliável, o relator poderá propor, antes da decisão de admissibilidade ou no curso da instrução, designação de audiência de conciliação.

A busca por conciliação pode ser benéfica para o Conselho de Arquitetura e Urbanismo, pois economiza recursos materiais e humanos ao conselho. Segundo o artigo citado, certas condutas não são conciliáveis por resultarem em alguns tipos de danos. Com base no exposto, a conduta que, mesmo causando danos, se enquadra na designação de uma audiência de conciliação é a que causa danos

- (A) à integridade física.
- (B) a terceiros.
- (C) ao interesse público.
- (D) ao meio ambiente.
- (E) a uma das partes.

Área livre

Área livre